

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

NUTRINDO A REDE DE REGENERAÇÃO



Guia para a Ação Política e Cidadania Ativa



FAIXAS
VIVAS

Assembleias de Cidadãos
Portugal



Este documento é a compilação do resultado do projeto **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração**, desenvolvido pela **ReflorestarPT** com o apoio do programa *Catalyst of Change* e em parceria dos movimentos **Faixas Vivas** e **Assembleias de Cidadãos de Portugal**.



* This work is licensed under CC BY-SA 4.0. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

Nutrindo a Rede de Regeneração

INTRODUÇÃO

Enquadramento Geral	5
Objectivos do Projecto	6
Arquitetura do Processo Participativo	7
Enquadramento das Problemáticas	11
Síntese	14
Anexos	15

À SOCIEDADE CIVIL

Introdução	18
Da Reflexão à Ação: aprendizagens para a regeneração do território	19
50 ideias de Ação Promissoras	23
Cidadãos e Organizações da Sociedade Civil	28
A Mensagem Central: O Poder de Cuidar, Juntos	31

CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
----------------------------	----

INTRODUÇÃO



I. Enquadramento Geral



O projecto **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração**, desenvolvido pela associação **Reflorestar PT** e com o apoio do programa **Catalyst of Change**, foi concebido para reforçar a sociedade civil relativamente a um conjunto de desafios estruturais que afectam o território rural português, em particular as áreas florestais e agroflorestais mais vulneráveis à degradação ecológica, ao abandono e aos incêndios de grande intensidade. Partindo de uma abordagem centrada na justiça socioambiental, o projecto procurou criar um **processo de escuta estruturada e de deliberação informada que integrasse cidadãos, organizações da sociedade civil, especialistas, produtores, poder local, e outros actores relevantes.**

O programa, que contou com a parceria dos movimentos **Faixas Vivas** e **Assembleias de Cidadãos de Portugal**, operacionalizou-se entre Março de 2025 e Julho de 2026, articulando 4 Assembleias de Cidadãos (3 presenciais distribuídas pelas regiões Norte, Centro e Sul de Portugal – e uma assembleia online de âmbito nacional), 3 Encontros Regionais com organizações (Norte, Centro e Sul de Portugal continental) e um encontro nacional final. Tendo como **objectivos principais gerar recomendações políticas concretas para a regeneração ecológica, a gestão dos espaços florestais e a prevenção de incêndios, bem como para o reforço da participação cívica e da cooperação entre organizações.** Este conjunto de acções, que envolveu um total de cerca de 210 **cidadãos, representantes de organizações e especialistas, permitiu cruzar conhecimento técnico-científico com a sensibilidade e experiências de vida no território, promovendo uma abordagem deliberativa onde os problemas e as soluções foram discutidos em múltiplas escalas e temáticas.**

Uma leitura comparativa da paisagem rural portuguesa no contexto europeu **evidencia uma situação particularmente crítica.** Portugal combina níveis muito elevados de área ardida, forte presença de monoculturas florestais de crescimento rápido, elevada fragmentação fundiária e um peso reduzido do sector público na posse directa de solo florestal – o que limita muito a capacidade do Estado de ter alguma gestão directa ou indirecta sobre as atuais áreas problemáticas do território. Ao mesmo tempo, as políticas públicas têm oscilado entre ciclos de reacção a

2. Objetivos do *Projeto*

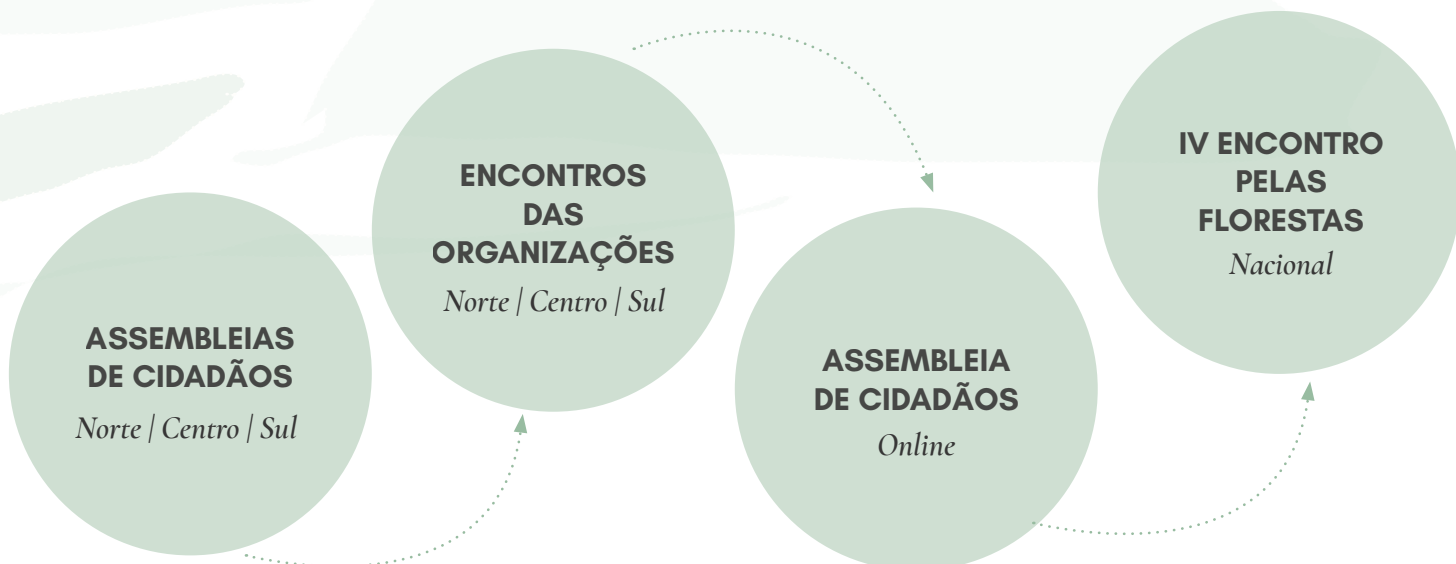
Os objetivos do **Encontro pelas Florestas** alinham-se com os objetivos gerais do programa **Catalyst of Change** — promover a colaboração, a resiliência e a participação ativa das organizações da sociedade civil — e concretizam-se numa agenda específica para o território florestal português.

Em termos específicos, o projecto teve como objetivos :

- 1.** Focar a atenção pública e política na degradação ambiental do território rural, articulando-a com a justiça social e ambiental, nomeadamente no que respeita às comunidades rurais mais expostas ao risco de incêndio e ao declínio económico.
- 2.** Reforçar a comunicação, visibilidade e articulação entre organizações não-governamentais e iniciativas de cidadania ativa, estimulando a formação de uma coligação em torno da regeneração ecológica e do ordenamento do território.
- 3.** Criar espaços seguros de diálogo e co-criação de soluções, sustentados em metodologias participativas, capazes de gerar propostas legitimadas tanto por conhecimento especializado como por experiência vivida.
- 4.** Capacitar cidadãos, organizações e decisores para o uso da ferramenta Assembleias de Cidadãos, demonstrando o seu potencial para desenhar políticas públicas mais informadas, transparentes e participadas no domínio florestal.
- 5.** Impulsionar iniciativas existentes de regeneração ecológica, democracia participativa e desenvolvimento rural, favorecendo sinergias entre projetos dispersos e facilitando a aprendizagem mútua.
- 6.** Elaborar e entregar a decisores políticos um conjunto de recomendações estruturadas, com propostas de revisão legislativa, ajustamento de instrumentos de planeamento, reorientação de financiamentos públicos, e criação de novos mecanismos de valorização económica e de governança participativa.
- 7.** Elaborar um guia para acção de cidadania ativa pelo território, para divulgação pública.

3. Arquitetura do *Processo Participativo*

O desenho do processo combinou momentos de diagnóstico participativo, aprofundamento temático e síntese estratégica. Articulando diferentes formatos de encontro.



3.1 Assembleias de Cidadãos *Regionais*

Realizaram-se três Assembleias Cidadãs presenciais — **Norte, Centro e Sul** —, cada uma com um programa estruturado em torno de painéis informativos com especialistas, sessões de perguntas e respostas para esclarecimentos, mesas de trabalho para levantamento de problemas (na fase divergente) e para priorização e construção de soluções (na fase convergência), seguidas de plenário final para apresentação das propostas e medição do nível de concordância ou consentimento. Os princípios de representatividade, inclusão, deliberação informada e busca de consenso foram explicitamente apresentados aos participantes no início de cada assembleia, e o seu trabalho sempre apoiado por uma equipa de facilitadores do projeto.

Sendo que, nas sessões da manhã as mesas focaram-se na: 1 - Identificação dos principais desafios e problemas percebidos pelos participantes; 2 - Recolha de contributos individuais e seu agrupamento em temas; 3 - Integração, em momento de plenário com todos os participantes. As sessões da tarde centraram-se depois na: 1 - Selecção dos problemas prioritários; 2 - Identificação das suas causas; 3 - Indicar caminhos de solução para esses problemas.



3.2 Encontros Regionais de *Organizações e Especialistas*

Em cada região tiveram lugar encontros dedicados a organizações da sociedade civil, técnicos e especialistas, com foco na prevenção de incêndios, problemas das monoculturas, regeneração da biodiversidade, economia da flor

e noutros usos do solo, e na identificação de áreas críticas para a sua reconversão e aproveitamento da regeneração natural de nativas.



3.3 Assembleia Nacional *Online*

A Assembleia Nacional online permitiu ampliar a base de participação e testar, em formato de consulta estruturada, um conjunto de propostas – previamente identificadas nas assembleias e encontros presenciais – agrupadas em grandes temas. Incluiu protecção de ecossistemas, regulação e zoneamento, governança participativa, fiscalização e formação, valorização económica e restauro ecológico. O formulário, criado para o efeito, recolheu respostas quantitativas e comentários qualitativos detalhados, fornecendo evidência adicional sobre a legitimidade social das propostas e permitindo refinar a sua formulação.

Os resultados mostram elevados níveis de concordância com o reforço da protecção legal de habitats florestais nativos, a limitação de monoculturas em áreas protegidas, o reforço da fiscalização das actividades florestais e a criação de plataformas de governança participativa.

3.4 Encontro Nacional *Final*

O encontro nacional de três dias, integrado no **IV Encontro pelas Florestas** de 1 a 3 de Maio de 2026, funcionou como espaço de síntese, aprofundamento e operacionalização. Sendo que o programa combinou momentos de apresentação de cidadãos, projetos e organizações presentes, workshops temáticos, apresentação de casos de estudo, discussão de propostas concretas e sua operacionalização, e sessões plenárias. Tudo com o propósito de cruzar propostas políticas com experiência no terreno, e construir uma agenda de ação partilhada.

Ao longo dos três dias trabalharam-se três grandes eixos:

- i) enquadramento — onde estamos e que caminhos estão abertos;
- ii) ação de cidadania e participação cívica — como aplicar e estimular a participação;
- iii) aplicação das propostas — clarificação de responsabilidades, modelos de financiamento, mecanismos de fiscalização e primeiros passos de implementação.

O encontro serviu ainda para consolidar uma coligação das organizações envolvidas, discutir estratégias de incidência e estruturar a entrega das recomendações a decisores políticos.

4. Enquadramento das *Problemáticas*

4.1 Degradação ecológica e social

As discussões ao longo do projeto convergiram na **caracterização de vastas áreas do território rural português, como sejam: Sistemas ecológicos bloqueados em estados iniciais de sucessão**, dominados por matos pós-fogo; eucaliptais e pinhais abandonados; e mosaicos simplificados de baixa diversidade. Estes sistemas apresentam elevada carga de combustíveis finos, baixa capacidade de retenção de humidade, maior vulnerabilidade a eventos extremos e reduzido valor para a biodiversidade – constituindo um passivo ambiental muito significativo.

A recorrência de incêndios de grande intensidade tem um efeito cumulativo: sucessivas passagens de fogo reduzem a complexidade estrutural da vegetação, expõem os solos à erosão, aceleram processos de desertificação e dificultam a regeneração natural de florestas autóctones mais maduras. **A manutenção prolongada de grandes áreas nesta condição impede a recuperação de funções ecológicas essenciais, como a regulação do ciclo hidrológico, o sequestro de carbono e a provisão de habitat para espécies sensíveis, tornando estas paisagens simultaneamente mais pobres em biodiversidade e menos produtivas para as comunidades humanas.**

4.2 Simplificação da paisagem:

Domínio e continuidade de monoculturas florestais de crescimento rápido e matos pós-fogo

Um dos principais temas abordados foi a crescente dominância de monoculturas de crescimento rápido, em particular de eucalipto, tanto em áreas agrícolas convertidas para o efeito como em zonas florestais tradicionais. Sendo que, só entre 2013 e 2023, cerca de metade da área de (re)arborização autorizada correspondeu a plantações de eucalipto, com presença significativa em áreas do **Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)** e outras áreas sensíveis enquadradas na **Rede Natura 2000**, onde a missão principal é a conservação da natureza.

Apesar de a legislação aprovada após os incêndios de 2017 ter estabelecido limites à expansão de eucaliptais em novas áreas, na prática esta norma desencadeou uma “corrida” a novas plantações antes da entrada em vigor e não conseguiu travar a expansão, em particular através de plantações ilegais e de reconstituições pós-fogo em moldes muito semelhantes aos anteriores. A área de eucaliptal continua a aumentar em várias regiões, enquanto uma proporção substancial dos povoamentos existentes permanece abandonada ou em subprodução, constituindo um passivo ambiental de milhares de hectares sem função económica relevante.

Em termos de risco, **paisagens dominadas por grandes manchas contínuas de monocultura, maioritariamente abandonadas e em declives acentuados, revelam-se altamente vulneráveis a incêndios catastróficos**, com consequências severas para vidas humanas, património, solos e infraestruturas. **Este modelo conflituoso, com aparente rentabilidade a curto prazo versus custos sociais e ecológicos a médio e longo prazo, está no centro do paradoxo da gestão florestal portuguesa.**

Sendo que entre 2019 e 2022, o projeto de investigação **SCAPEFIRE** testou já a aplicação de um **novo modelo de avaliação, ordenamento e gestão da paisagem**, a várias escalas e contextos de uso do solo. Para saber mais sobre os resultados desse projeto, poderá consultar o capítulo que lhe é dedicado no **Anexo I*** deste documento, assim como o seu livro completo (editado pelo Instituto Superior de Agronomia, e disponibilizado gratuitamente em formato PDF numa das páginas oficiais do laboratório **LEAF****).

****** (<https://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/portal/> --> “**APROFUNDAR AQUI**” --> “**SCAPEFIRE: A sustainable landscape planning model for rural fire prevention**” PDF)

4.3 Percepção de impotência sentida pela Sociedade Civil

É ainda importante lembrar que, num contexto em que o mundo rural permanece subvalorizado e frequentemente associado a declínio, abandono e inevitabilidade da degradação, a sociedade civil (incluindo ONGs, cidadãos e comunidades locais) tende a confrontar-se com uma percepção persistente de impotência face à escala dos problemas territoriais. Esta sensação de falta de poder, pela distância entre decisão política e realidade local e pela repetição de ciclos de crise sem transformação estrutural visível, conduz ao desgaste organizativo e à desagregação das iniciativas colectivas. Enfraquecendo assim a capacidade de pressão social por mudança quando ela mais é precisa.

5. Síntese

Ao longo deste processo tornou-se evidente que a transformação da paisagem portuguesa exige uma abordagem integrada, capaz de articular regeneração ecológica, desenvolvimento económico, justiça social e participação cidadã. As propostas desenvolvidas demonstram que existem já conhecimento técnico, exemplos práticos e instrumentos de planeamento suficientes para orientar essa mudança. O principal desafio reside, cada vez mais, na capacidade de alinhar políticas públicas, incentivos económicos, modelos de governança e envolvimento das comunidades locais em torno de uma visão comum para o território.

O projeto **Encontro pelas Florestas** procurou contribuir para esse alinhamento, criando espaços de diálogo entre cidadãos, organizações, especialistas e decisores, e traduzindo esse processo num conjunto de recomendações concretas. Mais do que apresentar soluções fechadas, este trabalho pretende constituir um ponto de partida para uma agenda de transformação progressiva da paisagem, assente na cooperação entre diferentes atores e na valorização dos serviços dos ecossistemas como base da prosperidade futura.

A regeneração da floresta e da paisagem não depende apenas de novas leis ou de mais financiamento. Depende, sobretudo, da capacidade coletiva para construir confiança, reforçar a participação cívica e orientar os investimentos para modelos de gestão mais resilientes, diversificados e adaptados às características de cada território. É nesse caminho que este projeto pretende deixar o seu principal contributo.

ANEXO I

*Assembleias de Cidadãos e
Encontros Regionais*
Principais Resultados

[Descarregar](#)

ANEXO II

Encontro pelas Florestas
**Principais Resultados
& Análise Sistémica**

[Descarregar](#)

ANEXO III

*Metodologias para a
formulação de propostas
políticas e transformação
da paisagem.*

[Descarregar](#)



A stylized illustration in shades of blue and grey. It features rolling hills in the background and a silhouette of a person in the foreground, reaching out with their right hand towards a small cluster of white dots. The overall style is minimalist and modern.

Um Guia para a *Ação Cidadã no Território*

I. Introdução

Este documento é um espelho. Reflete a inteligência, a frustração e, acima de tudo, a esperança que emergiram de dezenas de conversas por todo o país. Não é por isso um manual técnico nem um manifesto político. É um convite à ação, uma partilha de aprendizagens e um mapa para os focos de energia que já estão a transformar a nossa paisagem.

As discussões do projecto **Encontro pelas Florestas** revelaram algo poderoso: a transformação da nossa paisagem não é apenas uma questão técnica ou política. É, acima de tudo, uma questão de cidadania. Sendo que as organizações e os especialistas têm o conhecimento técnico, mas são os cidadãos que conferem a legitimidade social para a mudança.

Este guia destina-se a si: a todos os que sentem a urgência de agir e querem saber por onde começar.

1.1 Contexto

Os pontos que se seguem são a **compilação feita a partir das mesas de trabalho** – nas 3 Assembleias de Cidadãos (Norte, Centro e Sul), e na sessão online, nos 3 Encontros Regionais das Organizações e, por fim, no **IV Encontro pelas Florestas** (1 a 3 de Maio 2026), **dos destaques da análise sobre a situação do território, e das prioridades de gestão e sugestões de acção que emergiram**. O conteúdo aqui apresentado trata-se, por isso, do que emergiu das vozes de todas as pessoas participantes nos eventos promovidos pela ReflorestarPT e parceiros entre 2025 e 2026, não sendo estritamente a opinião das entidades promotoras e parceiras do projecto.

Este documento tem acima de tudo o objectivo de informar e inspirar à acção, naquilo que é a visão maior de se conseguirem promover acções coordenadas no território por parte da sociedade civil, e ajudar a estabelecer os acordos sociais e entendimentos que sejam necessários para a existência de um **Pacto pela Floresta**, que mude a forma como o território tem sido gerido.

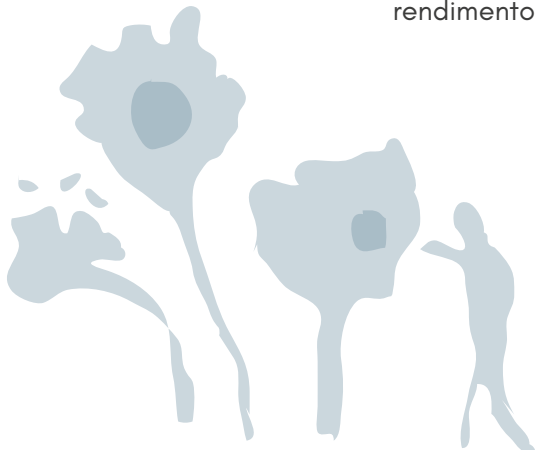
2. Da Reflexão à Ação: *Aprendizagens para a Regeneração do Território*

O que realmente valorizamos?

Por baixo das propostas, pulsa um conjunto de valores que nos move. Tudo começa com um desejo primordial de Segurança perante a ameaça do fogo, um catalisador brutal que exige Justiça: um sistema que recompense quem cuida e responsabilize quem gera risco. Para alcançar essa justiça, procuramos Autonomia para agir sem as amarras de uma burocracia paralisante. E essa autonomia só se torna poderosa através da Cooperação, pois a escala e a resiliência nascem da ajuda mútua. Na raiz de tudo, está o desejo profundo de Cuidado, Pertença e de reconstruir uma Ligação à Terra que sentimos ter sido quebrada.

Que relação com o território emerge?

A paisagem que desejamos é o oposto da monocultura. É uma floresta-jardim, diversa e multifuncional. Uma paisagem em mosaico onde produção, conservação e vida se entrelaçam. A relação que procuramos é de stewardship ativo e informado, onde podemos ser todos guardiões e gestores, e não meros proprietários passivos. O objetivo é reconstruir uma economia rural vibrante, onde cuidar do território seja uma profissão digna. Gerando rendimento e fixando pessoas que vivem da e com a paisagem.





2.3 Onde existe energia social?

A energia para a mudança já existe e é tangível. Encontra-se em modelos comunitários de sucesso, como os projetos de prevenção de incêndios que provam que a auto-organização funciona. Está na agência individual de catalisadores – pessoas que, por iniciativa própria, se tornam o rastilho para a transformação local. Pulsa em iniciativas concretas com provas dadas – cooperativas, produtos, projetos de restauro – que oferecem um "aqui está, funciona" mais poderoso que qualquer discurso. E, acima de tudo, a energia nasce no poder do encontro e da ajuda mútua, quando as pessoas descobrem que não estão sozinhas e que a sua força coletiva é maior do que imaginavam.

2.4 O que impede as pessoas de agir?

Um ciclo vicioso de paralisia alimenta-se de quatro bloqueios centrais. Um sentimento de impotência perante a complexidade legal e burocrática, que leva ao isolamento e à fragmentação do tecido social. Esta solidão é reforçada por uma burocracia asfixiante, que suga tempo e esperança, e por uma profunda desconfiança no sistema. Estes fatores criam um muro contra o qual a energia comunitária se esgota.

2.5 O que ajuda as pessoas a agir?

Felizmente, os antídotos para a paralisia são igualmente claros. O exemplo concreto e replicável é o antídoto para a impotência, pois prova que a mudança é possível. A aprendizagem prática e entre pares constrói a competência e o controlo que combatem a frustração. A liderança catalisadora – pessoas que conectam e organizam – é o que transforma a vontade dispersa em ação coordenada. E, na base de tudo, a confiança, construída em pequenas ações conjuntas, é o que quebra o isolamento e permite a cooperação.

2.6 Como nasce a cooperação?

A cooperação não é um dado adquirido; é um processo que pode ser cultivado. Nasce quando se parte de um problema concreto e partilhado, e não da ideologia. Floresce quando se usa uma linguagem de valores comuns (segurança, rendimento) em vez de jargão técnico. E consolida-se através de "pequenas vitórias" conjuntas, ações simples e bem-sucedidas que constroem a confiança necessária para ambições maiores.

2.7 O que surpreende?

Para lá dos consensos, surgiram ideias que desafiam o pensamento convencional.

Entre outros exemplos, realçamos os seguintes:

A noção de que o eucalipto pode ser uma ferramenta de regeneração em contextos específicos de solos degradados obriga-nos a pensar para além da diabolização de espécies.

A proposta de que as corporações façam lóbi por benefícios fiscais ligados a práticas regenerativas transforma o seu interesse próprio num potencial motor de mudança.

E a visão de um Estado com uma dupla personalidade – forte na fiscalização e flexível na inovação – aponta para uma governação mais sofisticada.

2.8 O que pode inspirar outras comunidades?

Certas histórias têm um poder inspirador universal. A história da oliveira adotada, que transforma abandono em rendimento e ligação afetiva. A história do legado pós-fogo, que transforma o trauma em propósito e resiliência a longo prazo. E a história da cooperação improvável entre comunidades distantes, que prova que as boas ideias não têm fronteiras e que a partilha de conhecimento é o início de tudo. Estas narrativas são a prova viva de que a mudança está ao nosso alcance.

Igualmente importante é mudar a narrativa vigente. Da desesperança relativamente ao mundo rural (do capítulo I: “Quando as comunidades deixam de acreditar que a paisagem pode voltar a ser produtiva, segura e socialmente valorizada, instala-se uma dinâmica de resignação que enfraquece a capacidade de mobilização, de cooperação e de reivindicação”) para a partilha das histórias de sucesso, das soluções implementadas. Do que está a acontecer em cada território rural como resposta à necessidade da mudança de paradigma de que a sociedade civil está consciente – e quer. É preciso re-imaginar novos futuros, uma outra floresta, uma outra dinâmica – viva – nos territórios rurais, onde a floresta é base, é abrigo e fonte de possibilidades.





50 Ideias de Ação Promissoras

A partir da riqueza das conversas, compilamos 50 ações concretas, simples e replicáveis, que podem ser iniciadas pelas pessoas, cidadãos e comunidades, para começar a cuidar do território amanhã mesmo.

3.1 Conhecer E Mapear O Território

Mapear as **linhas de água** da sua freguesia e identificar as que estão mais degradadas.

Criar um mapa de **terrenos baldios ou abandonados** no seu bairro/aldeia com potencial para hortas ou pequenos bosques.

Organizar uma caminhada para fazer um **inventário das espécies de árvores** nativas existentes na sua comunidade.

Mapear as **fontes, minas e outros pontos de água locais**, registando o seu estado de conservação.

Criar um mapa de **recursos comunitários**: quem tem ferramentas, quem tem conhecimento, quem tem tempo.

Identificar e mapear os **"pontos negros" de poluição** ou deposição de lixo na sua área.

Identificar **as áreas de maior risco de incêndio** perto de zonas habitacionais.

Fazer um levantamento dos **produtores locais** que usam práticas regenerativas.

Mapear os **negócios locais** (turismo, restaurantes) que poderiam beneficiar de uma paisagem mais cuidada.



3.2 Cuidar e Regenerar o Terreno

Organizar um **dia de limpeza comunitária** de uma linha de água ou de uma mata.

Construir pequenas **barreiras de contenção** com matéria orgânica para combater a erosão.

Criar um pequeno **viveiro comunitário** de árvores e arbustos nativos.

Criar uma **"ilha de biodiversidade"** num jardim público ou privado, deixando a vegetação crescer naturalmente.

Lançar uma **campanha de "adoção" de uma árvore** ou de um bocado de terreno.

Iniciar uma pequena **horta comunitária** num terreno cedido pela autarquia ou por um privado.

Organizar uma "ajudada" para **ajudar um proprietário** mais idoso a limpar o seu terreno.

Organizar uma **ação de controlo de espécies invasoras** numa área específica.

Colocar **estacas e fazer sementeiras diretas** de espécies nativas (bolotas, etc.) em áreas degradadas.

Construir um **"hotel de insetos" ou caixas-ninho** para aves e morcegos.



3.3 Conectar e Organizar a Comunidade

Criar um **grupo de WhatsApp ou Telegram** para vizinhos interessados no tema.

Organizar uma **visita a um projeto inspirador** noutra região.

Organizar um **encontro informal** (um lanche, um magusto) para as pessoas se conhecerem e falarem sobre o território.

Lançar uma apresentação online para **partilhar um modelo de sucesso** de outra comunidade.

Iniciar um **sistema de troca de sementes, plantas e produtos da horta**.

Formar um pequeno grupo para **ir às reuniões da Assembleia Municipal** e colocar questões sobre o ambiente.

Criar um **"banco de tempo" local** focado em tarefas de gestão da paisagem.

Propor uma **parceria a uma associação local** (desportiva, cultural) para integrar ações ambientais nas suas atividades.

Propor a criação de uma **cooperativa ou de um grupo de consumo** para produtos locais.

Conectar as gerações: os mais velhos (com conhecimento tradicional) com os mais novos (com energia e ferramentas digitais).

3.4 Educar E Celebrar A Ligação À Terra

Propor às escolas locais a criação de uma pequena **horta pedagógica** ou de um **"bosque da escola"**.

Criar **percursos pedestres sinalizados** com informação sobre a fauna e flora locais

Organizar **workshops práticos** abertos à comunidade (ex: como fazer compostagem, como podar, como identificar plantas).

Celebrar as estações do ano com atividades comunitárias ligadas aos ciclos da natureza.

Criar uma **"biblioteca de coisas"** com ferramentas agrícolas e de jardinagem para empréstimo.

Organizar **sessões de contos ou lendas locais** ligadas à paisagem.

Organizar um **festival ou uma feira para celebrar os produtos da terra** e as práticas regenerativas.

Promover um **concurso de fotografia ou desenho** sobre a beleza do território local.

Convidar um especialista local para uma **"conversa de café"** sobre um tema (água, solos, abelhas).

Criar um **pequeno boletim** (online ou em papel) com notícias sobre as ações ambientais da comunidade.

3.5 Influenciar e Exigir Mudança

Formar um grupo para responder em conjunto a **consultas públicas** de planos ambientais ou territoriais.

Apresentar uma proposta para que a **cantina da escola local** use mais produtos de agricultores da região.

Escrever **cartas aos jornais locais** sobre os problemas e as iniciativas da comunidade.

Fazer uma petição para a **criação de mais passagens para a fauna** em estradas locais.

Pedir uma **reunião com o Presidente da Junta ou da Câmara** para apresentar o mapa de "pontos negros" e exigir ação.

Organizar uma campanha para incentivar os negócios locais a reduzirem o plástico.

Documentar e denunciar sistematicamente descargas ilegais ou outras agressões ambientais.

Exigir que os **planos de proteção contra incêndios** sejam públicos, claros e discutidos com a população.

Pressionar a autarquia para que use apenas **plantas nativas nos espaços públicos**.

Apresentar uma **proposta de orçamento participativo** para um projeto de regeneração comunitária.

4. Cidadãos e Organizações *da Sociedade Civil*

4.1 Diferenças entre os Encontros e as Assembleias

As diferenças são menos de direcção e mais de **foco, linguagem e prioridades operacionais**.

ORGANIZAÇÕES	CIDADÃOS
Reformas estruturais (cadastro, PSE, governança)	Soluções práticas e visíveis
Instrumentos económicos complexos	Apoios directos e simples
Arquiteturas institucionais	Execução no terreno

Os cidadãos pensam em **resultados concretos e imediatos**; as organizações pensam em **sistemas e políticas**. Os cidadãos partem de **segurança e ordem**; as organizações de **transição ecológica**.

Relativamente ao **papel do Estado**, os Cidadãos têm uma expectativa **forte de liderança, fiscalização e financiamento**. Já as **Organizações defendem um Modelo de co-governança e descentralização**.

4.2 A comparação das perspectivas na sociedade civil

A comparação revela três pontos-chave:

- **Não há divergência de fundo** — cidadãos e organizações querem a mesma direção.
- As Assembleias trazem algo que faltava ao sector:
legitimidade social para mudanças difíceis (gestão coletiva, intervenção estatal, financiamento público).
- A **oportunidade estratégica** é clara:
As **Organizações trazem a capacidade técnica e a visão sistémica, enquanto os Cidadãos oferecem a legitimidade política e o foco em resultados concretos, pressionando** no sentido dos mesmos.

Se articulados, criam as condições para:

Reformas Estruturais	Financiamento Estável	Implementação em Escala.
----------------------	-----------------------	--------------------------

Os cidadãos pensam em **resultados concretos e imediatos**; as organizações pensam em **sistemas e políticas**. Os cidadãos partem de **segurança e ordem**; as organizações de **transição ecológica**.

Relativamente ao **papel do Estado**, os Cidadãos têm uma expectativa **forte de liderança, fiscalização e financiamento**. Já as **Organizações defendem um Modelo de co-governança e descentralização**.

4.3 Estratégias de articulação

Estamos num momento de forte propensão para se formar uma **Aliança social para reformas estruturais, através de uma coligação de legitimidade** onde participam:

Organizações, Cidadãos deliberativos (*através de Assembleias Cidadãs*) e **Municípios.**

A articulação entre organizações e cidadãos cria uma condição rara:

Capacidade técnica + legitimidade social + urgência pública.

O ponto crítico não é o desenho de políticas, é a **capacidade de execução visível e em escala suficiente para manter a confiança social.**

A transformação depende de alinhar três forças:

FORÇA	FONTE
Legitimidade social	Assembleias de Cidadãos
Capacidade técnica	Organizações
Decisão e escala	Governo + Financiamento

O ponto de **alavanca** principal é:

Transformar gestão da paisagem de tema ambiental em política de segurança, economia e redução de risco nacional.



5. A Mensagem Central: *O Poder de Cuidar, Juntos*

O que aprendemos, então, sobre a capacidade das comunidades cuidarem do território?

Aprendemos que a preocupação, por si só, não basta. A sensação de impotência perante a escala dos problemas é o nosso maior adversário, convencendo-nos a esperar que outros resolvam. O Encontro pelas Florestas oferece-nos uma verdade mais exigente, mas infinitamente mais esperançosa: a mudança não começa com um plano perfeito vindo de cima. Começa quando decidimos não esperar mais.

O primeiro passo para desarmar a impotência é tornar o problema mais pequeno. Não podemos regenerar um país inteiro de uma só vez, mas podemos limpar a ribeira da nossa aldeia. Cada "pequena vitória" – uma horta comunitária, um acordo de ajuda mútua – é uma prova de conceito que gera a confiança e a energia para o passo seguinte.

A segunda aprendizagem é que ninguém consegue fazer isto sozinho. O isolamento é o combustível da impotência. A nossa única estratégia viável é a cooperação. O futuro da paisagem não será construído por heróis solitários, mas por redes de vizinhos, por associações que colaboram, por comunidades que partilham conhecimento e se apoiam mutuamente.

A aprendizagem mais profunda é sobre o que realmente nos move. Não é a estatística, é o afeto. Agimos por amor a um lugar, para proteger as nossas famílias, para honrar os nossos antepassados e deixar um legado. A linguagem que nos une é a do cuidado.

Isto significa que a capacidade de cuidarmos do território depende, antes de mais, da nossa capacidade de nos reconectarmos uns com os outros e com a terra que pisamos. O caminho não é fácil. Exige tempo, paciência e resiliência. Mas o que as conversas deste Encontro mostraram é que a energia, a criatividade e a vontade já existem em abundância. A nossa tarefa não é esperar por um salvador. É encontrarmo-nos, reconhecemo-nos uns nos outros, e começarmos a tecer, fio a fio, a rede de cuidado que irá segurar e regenerar a nossa paisagem.

A floresta não precisa que a salvem. Precisa que cuidemos dela. Juntos.

O papel da Sociedade Civil é assumir a responsabilidade pela gestão de proximidade. Com o apoio e o enquadramento do Estado, são as comunidades locais, os baldios, as cooperativas e os grupos de proprietários que estão em melhor posição para gerir a paisagem de forma adaptativa e resiliente, porque são elas que detêm o conhecimento local e o interesse direto no bem-estar do seu território.

Agir com autonomia não é, portanto, ignorar o Estado, mas **sim forçá-lo a evoluir para uma parceria mais madura e eficaz**. É um **caminho exigente que combina a vigilância constante com a criatividade proativa**. Cada hectare recuperado, cada rede de vizinhos criada e cada proposta bem fundamentada que apresentamos é um passo na construção deste novo contrato com o nosso território.

A legitimidade está do nosso lado.

A hora de agir estrategicamente é agora.

Considerações *Finais*

O processo do **Encontro pelas Florestas: Nutrindo a Rede de Regeneração** confirma que Portugal dispõe já de conhecimento, instrumentos e atores preparados para iniciar uma mudança estrutural na forma como o território rural é pensado, gerido e valorizado. O desafio não reside na identificação dos problemas, mas na capacidade de converter esse diagnóstico em políticas coerentes, capazes de alinhar conservação da natureza, restauro ecológico, produção e desenvolvimento territorial com valor acrescentado económico, ambiental e social. A transformação possível é profunda precisamente porque se pode apoiar em recursos já existentes, em vez de depender exclusivamente da criação de novos mecanismos.

Existe, neste momento, uma oportunidade histórica para inverter a lógica de degradação de grandes áreas do país através de um planeamento à escala da paisagem, mais integrado, adaptativo e territorialmente sensível. A nova **Lei de Restauro da Natureza**, a necessidade de reformular o SGIFR, a urgência de tornar o PePAC mais responsivo aos objetivos ecológicos e territoriais e a existência de uma vasta rede de projectos, especialistas, organizações e comunidades já mobilizadas criam **condições particularmente favoráveis para uma viragem estratégica. O que está em causa é passar de uma política frequentemente reativa, fragmentada e centrada na contenção do dano, para uma abordagem capaz de antecipar riscos, recuperar funções ecológicas e gerar nova utilidade social para o território.**

Este quadro abre espaço para apostar de forma decidida nos activos naturais do país como base de resiliência e prosperidade. Ecossistemas mais robustos, mosaicos florestais diversificados, linhas de água restauradas, sistemas agroflorestais e cadeias de valor ancoradas em espécies autóctones podem produzir benefícios cumulativos: redução do risco de incêndio, maior disponibilidade hídrica, melhor qualidade dos solos, reforço da biodiversidade, maior fixação de população e criação de atividades económicas mais estáveis e diferenciadas. Ao contrário de um modelo centrado na simplificação e na extração rápida, esta abordagem gera valor de longo prazo e reduz custos futuros para o Estado, para as empresas e para as comunidades.

Mais do que uma agenda ambiental, trata-se de uma agenda de competitividade territorial, coesão social e segurança coletiva. Portugal tem hoje a possibilidade de transformar a regeneração ecológica numa alavanca de modernização do território rural, articulando políticas públicas, ciência, participação cívica e investimento privado em torno de uma visão comum: a de que os ecossistemas não são um custo a suportar, mas uma infraestrutura essencial do país. A concretização desta visão exigirá **continuidade política, coordenação institucional e coragem reformista**, mas o potencial de retorno para a sociedade portuguesa é muito elevado.

ENCONTRO PELAS FLORESTAS

Nutrindo a Rede de Regeneração

Equipa Técnica

Coordenação de Projecto

ReflorestarPT – Susana Guimarães

Facilitação Assembleias e Encontros

ReflorestarPT – Virginia Santos

Assembleia Cidadãos de PT- Alcides Barbosa

Pesquisa e Documentação

ReflorestarPT e Faixas Vivas – Nuno Ferreira

Faixas Vivas – Luís Primo

Desenvolvimento do Documento final

Alcides Barbosa

Luis Primo

Nuno Ferreira

Susana Guimarães

Design e Comunicação

ReflorestarPT – Rita Roquette

Apoios:

Netherlands Helsinki Committee

(Programa Catalyst of Change)

Dembrane

<https://www.dembrane.com/>

Espaço Nativa, Centro Co-re

(Cooperativa Regenerativa, S. Luís)

Escola Universitária Vasco da Gama

(Coimbra)

Graça Saraiva, Ervas Finas

(Vila Real)

